

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para debater impactos dos
Empréstimos Consignados na vida dos
Servidores da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Senhor(a) Presidente

Com base no disposto no artigo 133 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho, por meio deste requerimento, solicitar à Mesa Diretora que submeta ao plenário a aprovação de **AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o objetivo de debater impactos dos Empréstimos Consignados na vida dos Servidores da Prefeitura Municipal de Cuiabá.**

JUSTIFICATIVA

Ultimamente tem sido muito discutido o tema: **empréstimos consignados**, oferecidos para servidores públicos.

Neste tema está inserido a situação de endividamento, taxas de juros do consignado tradicional e do consignado por cartão de crédito ou de benefício, bem com a margem consignável em relação ao salário dos servidores.

E como parcela significativa dos servidores efetivos e aposentados da Prefeitura de Cuiabá tem contratos de empréstimos consignados firmados com instituições financeiras, penso ser prudente a Câmara Municipal realizar uma audiência pública para ouvir os servidores da prefeitura sobre esse tema tão presente na vida deles.

Também será uma oportunidade para ouvir os representantes da Prefeitura de Cuiabá responsáveis por credenciar as instituições financeiras que oferecem linhas de empréstimos consignados que são descontadas na folha salarial dos servidores.

Sem dúvidas, a audiência será um espaço importante para dar voz aos servidores, onde eles poderão se expressar sobre o impacto dos empréstimos consignados no orçamento salarial, bem como para entendermos como funciona a liberação de empréstimos pelo setor competente da Prefeitura de Cuiabá.

Diante do exposto, solicito a realização da citada audiência pública.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 13 de junho de 2025.

Dilemário Alencar (Câmara Digital) - UNIÃO BRASIL



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3400360034003100380031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Vereador(a)

